



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS

PEDRO HENRIQUE DE OLIVEIRA COELHO

O DIREITO DE PROPRIEDADE APLICADO AOS BENS DIGITAIS

BRASÍLIA
2021

PEDRO HENRIQUE DE OLIVEIRA COELHO

O DIREITO DE PROPRIEDADE APLICADO AOS BENS DIGITAIS

Monografia apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em Direito
pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais
- FAJS do Centro Universitário de Brasília
(UniCEUB).

Orientadora: Prof. (a) Anna Chrystina Porto.

BRASÍLIA
2021

PEDRO HENRIQUE DE OLIVEIRA COELHO

O DIREITO DE PROPRIEDADE APLICADO AOS BENS DIGITAIS

Monografia apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em Direito
pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais
- FAJS do Centro Universitário de Brasília
(UniCEUB).

Orientadora: Prof. (a) Anna Chrystina Porto.

Brasília, __ de _____ de 2021.

BANCA AVALIADORA

Prof. (a) Anna Chrystina Porto.
Orientadora

Professor(a) Avaliador(a)

Dedico esse trabalho de pesquisa a minha mãe e ao meu irmão. Os dois maiores apoiadores do meu sucesso e da minha jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me presenteado com o dom da vida, e por ter me ajudado a superar cada obstáculo ao longo da graduação.

Agradeço a minha mãe, mulher forte, guerreira e batalhadora, minha inspiração e admiração.

Agradeço ao meu irmão, que sempre me tratou como filho, obrigado por me ajudar a superar todas as dificuldades.

Meus agradecimentos a minha namorada e aos meus sogros, que ao longo desse período se tornaram minha segunda família.

Agradeço a professora Anna Chrystina Porto, por toda orientação e aprendizado ao longo desses anos.

E agradeço a todo o corpo docente e administrativo do UniCEUB, que fizeram parte de forma direta e indiretamente da minha formação, o meu muito obrigado.

RESUMO

O avanço do mundo digital, criou novas problemáticas envolvendo o direito de propriedade e a matéria digital, sendo uma delas o modo originário de aquisição da propriedade, assim sendo, a aplicabilidade do instituto da usucapião aos bens digitais. Deste modo, essa pesquisa propõe uma discussão sobre a possibilidade de se usucapir bens digitais. Para tanto, utilizando-se de uma pesquisa exploratória, explicando o tema e realizando a crítica do resultado. Inicialmente, busca-se retomar a história da internet no Brasil. Em seguida, passa-se para a aplicação da propriedade aos bens digitais e, por fim, explica-se o instituto da usucapião aplicado a esses bens. Em vista disso, conclui-se que os bens digitais são passíveis de se usucapir, desde que possuam valor e utilidade econômica e sejam vinculados ao um direito real. Assim, é válido ressaltar que é necessário a análise específica de cada caso em concreto, visto que o modo de utilização do bem pode definir seu valor e utilidade econômica, quanto ao seu vínculo a um direito real ou personalíssimo.

Palavras-chave: Bens digitais. Usucapião. Mundo digital. Direito de propriedade. Utilidade econômica. Posse.

ABSTRACT

The advancement of the digital world has created new problems involving property rights and digital aspects, one of which is the original way of acquiring property, thus, the applicability of the usucapion institute to digital goods. Thus, this research proposes a discussion about the possibility of acquiring the property of digital goods by usucapion. For such, it was applied an exploratory research, explaining the theme and criticizing the results. Initially, we seek to resume the history of the internet in Brazil. Then, we move on to the application of property to digital goods and, finally, we explain the institute of adverse possession applied to these goods. In this view, it is concluded that digital goods are liable for usucapion, as long as they have economic value and utility and are linked to a real right. Thus, it is worth emphasizing that a specific analysis of each specific case is necessary, since the way in which the property is used can define its value and economic utility, as regards its link to a real or very personal right.

Keywords: Digital goods. Usucapion. Digital world. Property law. Economic utility. Possession.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	CONECTIVIDADE E EXPANSÃO	9
2.1	Internet.....	9
2.2	Internet no Brasil.....	10
2.3	Virtualidade e realidade	12
3	O INSTITUTO DA PROPRIEDADE, DA POSSE E DA USUCAPIÃO.....	14
3.1	A propriedade	14
3.2	A posse.....	16
3.3	A usucapião	18
4	OS BENS DIGITAIS E O DIREITO DE PROPRIEDADE.....	21
4.1	Bens jurídicos.....	21
<i>4.1.1</i>	<i>Bens corpóreos e incorpóreos</i>	<i>22</i>
<i>4.1.2</i>	<i>Bens móveis e imóveis</i>	<i>23</i>
4.2	Bens digitais	25
4.3	Bens afetivos ou sentimentais	26
4.4	Propriedade intelectual.....	26
5	O INSTITUTO DA USUCAPIÃO APLICADO AOS BENS DIGITAIS.....	30
5.1	Posse de bens incorpóreos.....	30
5.2	Usucapião de bens digitais	31
<i>5.2.1</i>	<i>Usucapião de domínio de internet.....</i>	<i>32</i>
<i>5.2.2</i>	<i>Usucapião de correio eletrônico</i>	<i>34</i>
<i>5.2.3</i>	<i>Usucapião de programas de computador</i>	<i>35</i>
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
	REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

O advento da internet ocasionou uma drástica mudança em nossas relações sociais, atualmente não é mais necessário o contato físico para realizar a grande maioria de nossas necessidades básicas, simples ações como a compra mensal de alimentos ou até mesmo a compra de um automóvel, podem ser realizadas no conforto de nossas residências, tantas facilidades geraram infindas novas possibilidades, as quais criaram o chamado mundo virtual¹.

Esse “novo mundo” trouxe diversas problemáticas a serem debatidas, principalmente no âmbito do direito civil, temos como exemplo o vínculo dos bens digitais ao direito de propriedade, visto que mesmo incorpóreos, muitos possuem valor econômico² considerável, tratando-se de um possível direito real³.

Nesses termos, a inquietação desse trabalho surge com a percepção da grande popularidade e o crescente mercado dos jogos eletrônicos⁴, que passar a compor o âmbito do mundo digital aplicado ao direito civil. Nesse contexto, de certo modo, todos os usuários do mundo digital possuem uma noção do valor econômico de algum bem digital, mesmo que minimamente, uma vez que a aquisição desses bens incorpóreos muito comumente reflete quantias consideráveis.

Assim sendo, questiona-se sobre o vínculo do direito de propriedade a um bem digital, indagando sobre a aplicação dos seus institutos, especificadamente um dos meios de aquisição da propriedade, sendo a Usucapião.

Deste modo, surge a problemática desse trabalho, seria possível aplicar o instituto da Usucapião aos bens digitais?

Nesse sentido, o objetivo geral desse trabalho é a pesquisa sobre a possibilidade ou não de se usucapir bens digitais, sendo necessário verificar a previsão na legislação, analisar

¹ CERVI, Emerson U. Mundo virtual, poder real: mesmo sob novas condições a alocação de poder político não necessariamente muda. **Cadernos Adenauer**, v. 3, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Emerson-Cervi/publication/285599705_Mundo_virtual_poder_real_mesmo_sob_novas_condicoes_a_alocacao_de_poder_politico_nao_necessariamente_muda/links/5661f0b708ae192bbf8c7b3f/Mundo-virtual-poder-real-mesmo-sob-novas-condicoes-a-alocacao-de-poder-politico-nao-necessariamente-muda.pdf. Acesso em: 30 mar. 2021.

² COMINI, Anna Izadora Ramos. **O direito à herança digital em relação aos bens digitais incorpóreos à luz do Código Civil Brasileiro**. 2019. Disponível em: <https://congressointercontinental.com.br/wp-content/uploads/2020/09/anais-congresso-intercontinental-2019-final.pdf#page=171>. Acesso: 30 mar. 2021.

³ AZEVEDO, Á. V. **Curso de direito civil: direito das coisas**. São Paulo: Saraiva, 2018. [E-book]

⁴ BAUMGARTEN, M. Z. Uma análise do mercado internacional de jogos eletrônicos sob a ótica de Fligstein. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, Rio de Janeiro, 2013. **Anais...** p. 37. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/68/2013_EnANPAD_EOR532.pdf. Acesso em: 26 mar. 2021.

possíveis jurisprudências que envolvam a temática, e conhecer o posicionamento de doutrinadores.

Com o fim de alcançar o objetivo geral, estabelece-se três objetivos específicos, sendo a análise da aplicabilidade do instituto no domínio de internet, no correio eletrônico e dos programas de computador.

Para a pesquisa dos objetivos apresentados, foi utilizada a metodologia exploratória, já que se trata de um tema que é de certa forma inovador. Assim sendo, foi necessário verificar a legislação, a jurisprudência e a doutrina, mas além disso, observar todos os fatores de modo crítico, e de forma inovadora, conforme o avanço do mundo digital exige.

Assim sendo, a pesquisa aqui apresentada mostra-se pertinente e importante, uma vez que com o precoce avanço da tecnologia, é inevitável o crescente surgimento de lides com objetos do mundo digital, tanto no âmbito penal quanto no civil.

Portanto, diante da problemática apresentada, a pesquisa se divide no surgimento da conectividade e a expansão (2), advinda do avanço da internet, levando em consideração o que existe como previsão legislativa, jurisprudencial e doutrinaria, sobre o assunto (3), elucidando o vínculo do direito de propriedade aos bens digitais (4), para que possamos finalmente verificar a hipótese da aplicabilidade do instituto da Usucapião aos bens digitais (5).

2 CONECTIVIDADE E EXPANSÃO

O avanço tecnológico, principalmente no âmbito da internet mudou definitivamente o que tínhamos como relações sociais, modificando diretamente o previsto em nossa jurisdição, por esse motivo, se faz necessário ressaltar o surgimento de tal advento. Para isso, define-se, inicialmente, o surgimento da internet (2.1), adentrando ao crescimento da internet no Brasil (2.2) e por fim vinculando essas mudanças a virtualidade e realidade (2.3).

2.1 Internet

Atualmente, a internet é algo essencial em nossas vidas, ela está presente em cada momento de nossa rotina, sendo no uso de smartphones, computadores, televisão, automóveis etc. É inegável que as relações humanas se modificaram após a sua expansão, criando bens e valores que antes eram imagináveis.

Hoje a internet é um enorme aglomerado de redes de comunicação, mas nem sempre foi assim, a sua criação possuía um fim muito diferente do atual.

A história da internet surgiu com o início da Guerra Fria, já que foi uma reação do governo norte-americano ao lançamento do Projeto Sputnik, realizado pela antiga União das Repúblicas Sociais Soviéticas (URSS). Segundo José Maria Fernandes Almeida: “O satélite denominava-se Sputnik, completava uma órbita em volta da Terra em cada 90 minutos - 1h 30 m - e emitia sinais rádio nas frequências de 20 MHz e 40 MHz que eram audíveis por qualquer pessoa que utilizasse um rádio receptor”⁵.

Essa época ficou marcada pelo grande avanço da tecnologia, principalmente a área da informática, e foi nesse período que o Departamento de Defesa⁶ americano desenvolveu o projeto ARPANET, seu objetivo era a criação do mais eficiente e confiável sistema de comunicação do mundo.

A primeira rede de computadores foi construída entre a Universidade da Califórnia – Los Angeles -, SRI - Stanford Research Institute -, Universidade de Utah e Universidade da Califórnia – Santa Bárbara -. No dia 1 de Dezembro de 1969 “nascia” a ARPANET⁷.

⁵ ALMEIDA, José Maria Fernandes. **Breve história da Internet**. 2005. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3396/1/INTERNET.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

⁶ ABREU, Karen Cristina Kraemer. **História e usos da Internet**. 2009. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/abreu-karen-historia-e-usos-da-internet.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

⁷ Ibidem, p. 2

O seu principal intuito era a descentralização da comunicação, o desejo que o funcionamento não dependesse diretamente de ações humanas, assim, caso uma base fosse destruída não comprometeria o pleno funcionamento do sistema.

No início, a ARPANET⁸ funcionava interligando algumas universidades e outros institutos de pesquisa, sendo utilizada praticamente por pesquisadores e professores, visto que possuíam uma visão educacional, utilizando a rede como uma ferramenta de compartilhamento de informação, um desejo que já apontava a chegada da Internet.

Foi então que surgiu a criação dos protocolos TCP (*Transmission Control Protocol*) e IP (*Internet Protocol*)⁹, criadas em 1974, por Vinton Cerf e Robert Kahn, o objetivo da criação era tornar o compartilhamento de dados acessível a todos os sistemas de informação. Desse modo, os dois ficaram conhecidos por contribuírem expressivamente para criação da internet.

O nascimento da internet foi marcado pela liberação dos protocolos TCP/IP, sendo assim, eles passaram a ser gratuitos e de livre acesso, colocando um ponto final a grande dificuldade de comunicação mundial e tempos de guerra, sendo: “Em 82, os protocolos usados nestas redes foram firmados num standard - o TCP-IP. A Internet foi então definida como o conjunto das redes que utilizavam protocolos TCP-IP”¹⁰.

Enfim, em 1980, surgiu a ideia do *World Wide Web*¹¹, o tão famoso WWW, essa função nos deu a possibilidade de acessar informações de formato de hipertexto, atualmente possuímos diversos programas utilizados para acessar essas informações, temos os mais famosos como: Google Chrome, Safari, Internet Explorer etc.

2.2 Internet no Brasil

A primeira conexão do Brasil à internet, ocorreu em 1988, graças a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)¹², a qual realizou uma conexão via BITNET¹³

⁸ HAUBEN, Michael. History of ARPANET. *Site de l’Instituto Superior de Engenharia do Porto*, v. 17, 2007. Disponível em: <https://www.jbcoco.com/Arpa-Arpanet-Internet.pdf>. Acesso em: 30. mar. 2021.

⁹ GOETHALS, Karen; AGUIAR, Antónia; ALMEIDA, Eugénia. **História da Internet**. 2000. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação) - Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto, Porto, 2000. Disponível em: <https://web.fe.up.pt/~mgi99015/projects/Goii/M1/final.doc>. Acesso em: 30 mar. 2021.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ SALOMÃO, L. G.; LEMOS, R. (coord.). **Marco Civil da Internet**. São Paulo: Atlas, 2014. [E-book].

¹² VIEIRA, Eduardo. **Os bastidores da Internet no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2003, p.8. [E-book].

¹³ CARVALHO, M. S. R. M. **A trajetória da Internet no Brasil: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança**, 2006. Dissertação (Pós-Graduação de Engenharia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://www.cos.ufrj.br/uploadfile/1430748034.pdf>. Acesso: 30 mar. 2021.

com um laboratório também norte-americano. As funções eram limitadas, sendo possível apenas a troca de e-mails e o compartilhamento de arquivos. Percebe-se que a internet sempre teve seu grande avanço vinculado as pesquisas universitárias.

A utilização da internet ficou restrita ao ambiente acadêmico até meados de 1992, onde começou a se tornar mais popular entre os brasileiros, o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) na época começaram a divulgar o interesse de investimento na nova tecnologia, com esse objetivo foi criado Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)¹⁴.

Alguns anos depois, o governo federal continuou os investimentos no desenvolvimento da Internet no país. Segundo Eduardo Vieira: “Em 1994 o governo federal manifestou a intenção de investir e promover o desenvolvimento da Internet no país, numa ação conjunta entre os ministérios da Ciência e Tecnologia (MCT) e das Comunicações (MC)”¹⁵.

Assim, ficou decidido que a RNP entraria com toda experiência adquirida no âmbito acadêmico, enquanto a Embratel seria a responsável pelos serviços comerciais ao acesso à rede¹⁶.

Em maio de 1995, o acesso à internet pela Embratel se fixou, tendo seu pleno funcionamento de modo definitivo, algo que não agradou a iniciativa privada, já que eles temiam que internet se tornasse um monopólio estatal.

Por esse motivo, em 1996, foi criado o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br)¹⁷, tendo como principais objetivos a coordenação e a integração das iniciativas que envolviam a internet no Brasil, como por exemplo: fomentar o desenvolvimento de serviços da Internet, recomendar padrões e procedimentos técnicos e operacionais, além de disseminar e organizar as demais informações que envolviam a internet no Brasil.

Em um ritmo lento, a internet teve a sua larga expansão do Brasil no ano de 1996, já que teria um enorme crescimento comercial, tal crescimento ficou marcado pelo cantor Gilberto Gil, que estreou por transmissão sua música chamada “Pela Internet”.

Percebe-se que a internet tanto no momento de sua criação, quanto no Brasil, teve seu desenvolvimento graças as pesquisas acadêmicas universitárias, sendo as palavras de Adilson Motta: “A pesquisa, além de ser uma via para a construção de conhecimento e informações, é base para o progresso humano no mundo científico, tecnológico e cultural”¹⁸.

¹⁴ VIEIRA, Eduardo. **Os bastidores da Internet no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2003, p.9. [E-book].

¹⁵ Ibidem, p 10.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Ibidem, p 11.

¹⁸ MOTTA, Adilson. **A importância da pesquisa na construção do conhecimento**. Webartigos, 2011. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-da-pesquisa-na-construcao-de-conhecimento/76090/>. Acesso em: 30. mar. 2021.

Portanto, o estabelecimento da internet no Brasil pode ser considerado como o marco inicial do avanço do direito digital brasileiro, que vem acontecendo mais rapidamente nos últimos anos, como por exemplo a aprovação em 2014 do Marco Civil da Internet, onde estabeleceu princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, de acordo com o artigo 1, da Lei 12.965/14¹⁹.

2.3 Virtualidade e realidade

A mudança é algo que sempre esteve e sempre estará presente em nossa sociedade, e graças aos efeitos pós-modernidade, mudamos drasticamente nossas relações sociais, ganhamos um olhar sobre um “outro” mundo ²⁰, um novo modo de comunicação, formação, valores e perspectivas de transformação social²¹.

Entre todas as novidades trazidas pela tecnologia, a internet é uma das maiores responsáveis pelas modificações sociais. Atualmente estamos conectados vinte e quatro horas por dia e podemos acompanhar de perto todo e qualquer acontecimento, mesmo que seja do outro lado do planeta, sendo grande parte desse feito possibilitado pelo crescente acesso às redes sociais²².

Tais facilidades advindas da tecnologia e da internet, trouxeram milhares de mudanças em nossas relações sociais, atualmente a grande maioria das atividades foram virtualizadas. Sendo assim, hábitos anteriores estão deixando de existir, e novas relações estão sendo criadas, fato esse extremamente visível a época em que vivemos, devido, também, ao isolamento social advindo da pandemia do COVID-19²³.

A questão da influência do virtual, aquecida pelo domínio da internet, é cadente em sua planificação no dia-a-dia em hábitos, costumes, praticidade e narrativas pessoais²⁴.

¹⁹ BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm. Acesso em: 30. mar. 2021.

²⁰ CARDOSO, Gustavo; LAMY, Cláudia. Redes sociais: comunicação e mudança. **Janus.net**, n.1, p. 73-96, 2011. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/13383/1/pt_vol2_n1_art6.pdf. Acesso: 30. mar. 2021.

²¹ CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. São Paulo, Companhia das Letras, 2017. [E-book].

²² SILVA FILHO, Antônio Mendes. Redes Sociais na Era da Conectividade (“The good, the bad and the ugly”). **Revista Espaço Acadêmico**, v. 10, n. 115, p. 64-68, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/11864/6373>. Acesso em: 30. mar. 2021.

²³ MARQUES, Ronualdo; FRAGUAS, Talita. A ressignificação da educação: virtualização de emergência no contexto de pandemia da COVID-19. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 11, ,2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/19557/15671>. Acesso em 30. mar. 2021.

²⁴ BURGOS, P. **Conecte-se ao que importa: um manual para a vida digital saudável**. São Paulo: LeYa, 2014. [E-book].

Desta maneira, surge um novo universo, algo que se distânciava de todo o histórico cultural que possuíamos até o momento, sendo construída a base de incertezas, visto a grande velocidade com que se estabeleceu. O mundo real não é mais único, a virtualização das atividades se torna algo sem volta, inseridas no cotidiano, todas as áreas se tornam dependentes do mundo virtual.²⁵

Com a criação do mundo virtual, de uma sociedade digital²⁶, surge-se um óbice histórico, dificuldade essa que antecede até a invenção da escrita, a necessidade de um conjunto de normas que garantam a harmonia nas relações existentes, dever esse, realizado pelo Direito.

Assim sendo, sabe-se que o Direito é garantidor da segurança das relações, baseado em um conjunto de regras obrigatórias que garantem a paz social²⁷, mas será que o presente conjunto de normas é suficientemente atualizado, para solucionar todas as lides que surgem das novas relações virtuais? Tal resposta é essencial para que possamos entender e prosseguir com a ideia que será proposta nesse trabalho, o processo de mudança que não só o Direito, mas todo o ordenamento Jurídico e seus profissionais vem passando, é de extrema importância para impedir que esse instrumento se torne absoluto.

É nesse cenário de mutação do direito, que surge o Direito digital, buscando respostas com uma visão ampla de todos os problemas ocasionados pela nossa nova realidade social, ele abrange todos os princípios fundamentais e institucionais vigentes, assim como acaba instituindo novos elementos para o nosso pensamento jurídico, sendo em todas suas áreas²⁸.

Diante disso, com a complexidade advinda das novas relações existentes no mundo digital, é necessário verificar a aplicação do direito de propriedade aplicado aos bens digitais, especificadamente ao instituto da usucapião.

²⁵ KALLAS, Marília Brandão Lemos de Moraes. O sujeito contemporâneo, o mundo virtual e a psicanálise. **Reverso**, Belo Horizonte, v. 38, n. 71, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5646317.pdf>. Acesso: 30 mar. 2021.

²⁶ PECK, Patrícia. **Direito digital**. São Paulo: Saraiva, p.67, 2016. [E-book].

²⁷ REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. [E-book].

²⁸ PECK, op cit. p. 42.

3 O INSTITUTO DA PROPRIEDADE, DA POSSE E DA USUCAPIÃO

Estabelecido o surgimento da internet, e o seu vínculo com a nossa realidade, voltamos a matéria intrínseca de nossa temática, sendo necessário a pesquisa exploratória do conteúdo legislativo, doutrinário e jurisprudencial, para que possamos buscar a confirmação ou não da hipótese apresentada nesse trabalho. Para isso, define-se, inicialmente propriedade (3.1), buscando o conceito e a aplicabilidade da posse (3.2), conjuntamente com o conceito e aplicação do instituto da usucapião (3.3).

3.1 A propriedade

O direito de propriedade é garantido pelo artigo 5º, inciso XXII, da Constituição Federal de 1988²⁹ e pelo artigo 1.228 do Código Civil de 2002³⁰, sendo este, expositivo de seus poderes: “O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha”.

De todos os direitos tratados no rol do artigo 1.225 do Código Civil³¹, o direito de propriedade é o mais completo. Para Carlos Roberto Gonçalves, ele é a matriz dos direitos reais, sendo o mais completo dos direitos subjetivos e o núcleo do direito das coisas³².

Em suas palavras, Arnaldo Rizzardo considera o direito de propriedade como:

[...] o mais amplo dos direitos reais, o chamado direito real por excelência, ou o direito real fundamental. Em todos os campos da atividade humana e no curso da vida da pessoa, sempre acompanha a ideia do “meu” e do “teu”, desde os primórdios das manifestações da inteligência, o que leva a afirmar ser inerente à natureza do homem a tendência de ter, de adonar-se, de conquistar e de adquirir³³.

O direito de propriedade passa por grandes modificações ao longo da história, sendo o âmago do estudo de diversos civilistas, suas modificações em grande parte, têm ligação direta aos acontecimentos políticos. Segundo Carlos Roberto Gonçalves, tem-se que a configuração do instituto da propriedade depende diretamente da influência dos regimes políticos em que o

²⁹ BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 mar. 2021. Artigo 5º, inciso XXII.

³⁰ BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 30. mar. 2021. Artigo 1.228.

³¹ Ibidem. Artigo 1.225.

³² GONÇALVES, Carlos R. **Direito civil brasileiro: direito das coisas**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2021, v. 5, p.84, [E-book].

³³ RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das Coisas**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021, p.161. [E-book].

sistema jurídico é idealizado³⁴. Conceito esse também descrito na dicção de Silvio de Salvo Venosa: “O conceito e a compreensão, até atingir a concepção moderna de propriedade privada, sofreram inúmeras influências no curso da história dos vários povos, desde a antiguidade. A história da propriedade é decorrência direta da organização política”³⁵.

Percebe-se que o conceito de propriedade não é taxativamente descrito, já que possui a característica de ser dinâmico e não absoluto. Deste modo, ao conceituarmos o direito de propriedade, deve-se observar o momento histórico vivido, ou seja, o que está fixado pela legislação ordinária vigente.

Bem descreve Caio Mário da Silva Pereira, que prevê um conceito flexível de propriedade, sendo modificado pelas alterações sociológicas:

Direito real por excelência, direito subjetivo padrão, ou ‘direito fundamental’ (Pugliatti, Natoli, Plainol, Ripert e Boulanger), a propriedade mais se sente do que se define, à luz dos critérios informativos da civilização romano-cristã. A ideia de ‘meu e teu’, a noção do assenhoreamento de bens corpóreos e incorpóreos independe do grau de cumprimento ou do desenvolvimento intelectual. Não é apenas o homem do direito ou do business man que a percebe. Os menos cultivados, os espíritos mais rudes, e até crianças têm dela a noção inata, defendem a relação jurídica dominial, resistem ao desapossamento, combatem o ladrão. Todos ‘sentem’ o fenômeno propriedade.³⁶

Seguindo o proposto pelo autor, a ideia de “meu e teu”³⁷ surge desde os primórdios da humanidade, sendo uma locução comum em nossos primeiros anos de vida, entende-se, portanto, que a propriedade possui um vínculo de realização, sentimento esse que pode ser observado no êxito da compra de um primeiro imóvel, explicitando de certo modo, sua maior completude frente aos demais direitos reais.

Por sua grande importância, diversos autores conceituam de modo mais pontual o direito de propriedade, sendo um deles o próprio Caio Mário da Silva Pereira, o qual descreve da seguinte forma: “a propriedade é o direito de usar, gozar e dispor da coisa, e reivindicá-la de quem injustamente a detenha”³⁸.

Conceito também descrito por Carlos Roberto Gonçalves: “[...]o poder jurídico atribuído a uma pessoa de usar, gozar e dispor de um bem, corpóreo ou incorpóreo, em sua

³⁴ GONÇALVES, op cit.

³⁵ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Direitos Reais**. São Paulo: Atlas, 2020. v. 4, p.171. [E-book].

³⁶ PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil: Direitos reais**. Rio de Janeiro: Forense, 2019, v. 4, p.71. [E-book].

³⁷ Ibidem.

³⁸ Ibidem. p. 90.

plenitude e dentro dos limites estabelecidos na lei, bem como de reivindicá-lo de quem injustamente o detenha.”³⁹.

Portanto, entende-se que o direito de propriedade sempre estará ligado ao poder jurídico de usar, gozar e dispor de um bem, sendo ele corpóreo ou incorpóreo, podendo reivindicá-lo caso esteja com alguém que injustamente o detenha.

3.2 A posse

O conceito de posse é algo que apresenta diversas controvérsias, sendo o cerne de vários debates e discussões entre os civilistas.

Lafaille Hector, descreve algumas das dificuldades encontradas nesse instituto:

Diversas causas têm contribuído para que a posse seja um dos setores mais árduos e mais complicados do Direito Civil. Os problemas que ela coloca são já de si difíceis, tanto no que se refere ao distingui-la de outras figuras, como no que respeita ao regulamentá-la e no organizar a sua defesa. Tudo isto, aliás, se agrava com a anarquia na linguagem que se reflete nos autores e nas próprias leis⁴⁰.

A origem histórica desse instituto também apresenta diversas controvérsias, alguns autores afirmam que o direito romano seria o primeiro a tratar das diferenças existentes entre posse e propriedade, dificultando ainda mais o seu estudo, tal adversidade também é descrita por Roberto de Ruggiero:

[...] não há matéria que se ache mais cheia de dificuldades do que esta, no que se refere à sua origem histórica, ao fundamento racional da sua proteção, à sua terminologia, à sua estrutura teórica, aos elementos que a integram, ao seu objeto, aos seus efeitos, aos modos de adquiri-la e de perdê-la⁴¹.

Em meio a tantas controvérsias históricas e conceituais, dois autores alemães se destacam com suas teorias, sendo os juristas Friedrich Carl von Savigny e Rudolf von Ihering.

Na teoria subjetiva de Savigny, a posse possui dois pilares essenciais, sendo o corpus e o animus domini.

O conceito de corpus é relacionado ao vínculo do homem com a coisa, tendo o seu controle físico e o exercício de ser fazer com ela o que se pretenda⁴², e o conceito de animus

³⁹ GONÇALVES, Carlos R. **Direito civil brasileiro: direito das coisas**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2021, v. 5, p.84. [E-book].

⁴⁰ LAFAILLE, Hector. **Tratado de los derechos reales**. Buenos Aires: EDIR, p.61, 1943. *Apud* GONÇALVES, Carlos R. **Direito civil brasileiro: direito das coisas**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2021, v. 5. [E-book].

⁴¹ RUGGIERO, 1929 *apud* GONÇALVES, Carlos R. **Direito civil brasileiro: direito das coisas**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2021, v. 5. [E-book].

⁴² RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das Coisas**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021, p.40. [E-book].

domini, é caracterizado no foco do sujeito em exercer o direito de propriedade, mas com intenção de tê-la⁴³.

Carlos Roberto Gonçalves traz a explicação desses pilares, em suas palavras:

Para Savigny, a posse caracteriza-se pela conjugação de dois elementos: o corpus, elemento objetivo que consiste na detenção física da coisa, e o animus, elemento subjetivo, que se encontra na intenção de exercer sobre a coisa um poder no interesse próprio e de defendê-la contra a intervenção de outrem. Não é propriamente a convicção de ser dono (opinio seu cogitatio domini), mas a vontade de tê-la como sua (animus domini ou animus rem sibi habendi), de exercer o direito de propriedade como se fosse o seu titular⁴⁴.

Deste modo, a luz da teoria de Savigny, o locatário, o usufrutuário ou o arrendatário não teriam a posse do imóvel, já que não possuiriam o animus domini.

Já na teoria objetiva de Ihering, para obter a posse era necessário apenas o corpus, entretanto, não se trata do mesmo conceito da teoria subjetiva, visto que nesse caso não se exige o contato físico com a coisa, mas sim seu poder físico e seu interesse em utilizá-la economicamente em seu proveito⁴⁵.

Sendo bem pontuado por Carlos Roberto Gonçalves:

Para Ihering, portanto, basta o corpus para a caracterização da posse. Tal expressão, porém, não significa contato físico com a coisa, mas sim conduta de dono. Ela se revela na maneira como o proprietário age em face da coisa, tendo em vista sua função econômica. Tem posse quem se comporta como dono, e nesse comportamento já está incluído o animus. O elemento psíquico não se situa na intenção de dono, mas tão somente na vontade de agir como habitualmente o faz o proprietário (affectio tenendi), independentemente de querer ser dono (animus domini)⁴⁶.

Desse modo, o sujeito possuiria a aparência de dono, quando em suas ações, dá a coisa a finalidade que daria o próprio proprietário, segundo Caio Mário da Silva Pereira:

É assim que procede o dono em relação ao que é seu; é assim que faz o que tem apenas a fruição juridicamente cedida por outrem (locatário, comodatário, usufrutuário); é assim que se porta o que zela por coisa alheia (administrador, inventariante, síndico); é assim que age o que se utiliza de coisa móvel ou imóvel, para dela sacar proveito ou vantagem (usufrutuário). Em toda posse há, pois, uma coisa e uma vontade, traduzindo a relação de fruição⁴⁷.

⁴³ Ibidem.

⁴⁴ GONÇALVES, Carlos R. **Direito civil brasileiro: direito das coisas**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2021, p.18, v. 5. [E-book].

⁴⁵ RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das Coisas**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021, p.15. [E-book].

⁴⁶ GONÇALVES, op. cit., p.19.

⁴⁷ PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil: Direitos reais**. Rio de Janeiro: Forense, 2019. p.17, v. 4. [E-book].

Portanto, entende-se que indiretamente o instituto da posse, no direito positivo brasileiro⁴⁸, é garantido pelo artigo 1.196, do Código Civil de 2002⁴⁹, já que considera como possuidor: “todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade”.

3.3 A usucapião

A Usucapião é um dos modos de aquisição originária de direitos reais, que se dá pela posse prolongada da coisa, dentre os quais a posse e a propriedade de bens móveis ou imóveis, este instituto surgiu com o intuito de garantir a uma propriedade usucapida uma finalidade útil, a qual ganhou força com o advento da função social do Código Civil de 2002.

Segundo Pedro Nunes, esse instituto é o:

Meio de adquirir o domínio da coisa pela sua posse continuada durante certo lapso de tempo, com o concurso dos requisitos que a lei estabelece para este fim”. Ou, “é a prescrição aquisitiva da propriedade e de certos direitos reais, pela posse ininterrupta durante determinado prazo sob as condições legais que lhe são inerentes⁵⁰.

O Código Civil de 2002, divide as espécies de usucapião entre bens móveis e bens imóveis. Os bens imóveis são tipificados nos artigos 1.238 a 1.244 do Código Civil de 2002, são divididos basicamente em quatro espécies, sendo a usucapião ordinário, extraordinário, usucapião rural especial e usucapião especial urbano.

Na dicção de Arnaldo Rizzardo:

No direito brasileiro, temos quatro espécies básicas de usucapião de imóveis. Duas são reguladas unicamente pelo Código Civil de 2002, e se encontravam no Código de 1916: o usucapião ordinário e o extraordinário. Uma terceira modalidade tem a origem no usucapião rural especial da Lei nº 6.969, de 1981 (que, na verdade, ainda subsiste, embora tenha perdido a utilidade), o qual substituiu o usucapião rural pro labore, permitido pelo art. 98 do Estatuto da Terra, embora não o tenha suprimido. É hoje complementado pelo art. 191 da Constituição Federal e consta regulado no Código Civil. Mais uma modalidade veio introduzida pelo art. 183 da mesma Constituição, que trata do usucapião especial urbano, encontrando-se contemplada no Código atual, e tendo sido regulamentada pela Lei nº 10.257, de 10.07.2001, o chamado Estatuto da Cidade⁵¹.

⁴⁸ GONÇALVES, op. cit., p.22.

⁴⁹ BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 30. mar. 2021. Artigo 1.196.

⁵⁰ NUNES, Pedro. **Do usucapião**. 5ª ed. Atual por Evandro Nunes. Rio de Janeiro: Forense, 2000. *apud* Arnaldo, R. **Direito das Coisas**, 8ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2016. [E-book]

⁵¹ RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das Coisas**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021, p.272. [E-book].

Entretanto, por não fazer parte do objetivo geral dessa pesquisa, iremos aprofundar apenas a aplicação desse instituto em bens móveis.

Pouco se fala sobre usucapião de bens móveis, sendo um ínfimo instituto, reflexo esse visualizado na legislação, visto que é descrito em apenas três artigos, sendo os arts. 1.260 a 1.262 do Código Civil de 2002⁵².

Deste modo, a usucapião de bens móveis pode ser dividida em ordinária e extraordinária.

A usucapião de móveis ordinária é prevista no artigo 1.260 do Código Civil de 2002⁵³: “Aquele que possuir coisa móvel como sua, contínua e incontestadamente durante três anos, com justo título e boa-fé, adquirir-lhe-á a propriedade.”. Nas palavras de Flávio Murilo Tartuce Silva: “Estabelece o primeiro dispositivo citado que aquele que possuir coisa móvel como sua, contínua e incontestadamente, durante três anos, com justo título e boa-fé, adquirir-lhe-á a propriedade”⁵⁴.

Desse modo, adquire-se a propriedade móvel, quando se tem posse mansa e pacífica, com animus domini e justo título pelo período de três anos.

Novamente nas palavras de Flávio Murilo Tartuce Silva:

Para a caracterização do que seja justo título, aqui também pode ser aplicado o Enunciado n. 86 do CJF/STJ, aprovado na I Jornada de Direito Civil, pelo qual a expressão justo título, contida nos arts. 1.242 e 1.260 do CC/2002, abrange todo e qualquer ato jurídico hábil, em tese, a transferir a propriedade, independentemente de registro⁵⁵.

Do mesmo modo, a usucapião extraordinária é prevista nos termos do artigo 1.261, do Código Civil de 2002⁵⁶: “Se a posse da coisa móvel se prolongar por cinco anos, produzirá usucapião, independentemente de título ou boa-fé.”

Este diferencia-se pela não necessidade de título ou boa-fé, sendo necessário apenas o requisito da posse mansa, pacífica e com animus domini por cinco anos⁵⁷, ou seja, uma posse sem violência, que se manteve sem qualquer contestação.

⁵² BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 30. mar. 2021. Artigo 1.262,

⁵³ BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 30. mar. 2021. Artigo 1.260.

⁵⁴ TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Direito das Coisas**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. v. 4, p.290. [E-book].

⁵⁵ Ibidem.

⁵⁶ BRASIL, op. cit., artigo 1.261.

⁵⁷ TARTUCE, op. cit.

Ambos os modos de usucapião utilizam da posse *Ad Usucapionem*, ou seja, aquela onde o indivíduo age de forma mansa, pacífica, pública, contínua e com animus domini.

O artigo 1.262 do Código Civil de 2002, prevê em seus termos que: “Aplica-se à usucapião das coisas móveis o disposto nos arts. 1.243 e 1.244.”⁵⁸, assim sendo, a lei admite a acessão das posses e as causas que possam impedir, suspender ou até interromper a prescrição à usucapião ordinária e extraordinária das coisas móveis⁵⁹.

Portanto, percebe-se que atualmente existem um rol pequeno de situações em que é aplicado o instituto da usucapião de bens móveis, entretanto, graças ao avanço da tecnologia, a sociedade vem mudando gradativamente e com isso novas possibilidades e entendimentos vão surgindo, abrindo possibilidades de novas interpretações jurídicas, que provavelmente definiram os entendimentos futuros sobre o tema tratado nessa pesquisa, conforme afirma Patrick Peck: “Quando a sociedade muda, o Direito também deve mudar”⁶⁰.

⁵⁸ BRASIL, op. cit., artigo 1.262.

⁵⁹ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Direitos Reais**. São Paulo: Atlas, 2020. v. 4, p.189-220, 2020. [E-book].

⁶⁰ PECK, Patrícia. Quando a sociedade muda, o Direito também deve mudar. **Consultor Jurídico**, 2002. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2002-nov-28/quando_sociedade_muda_direito_tambem_mudar. Acesso em: 09 mar. 2021.

4 OS BENS DIGITAIS E O DIREITO DE PROPRIEDADE

Uma vez definida a propriedade, a posse e a usucapião, necessário se faz relacionar o seu conceito com os bens digitais. Esta relação não se revela óbvia, na medida que a propriedade é facilmente relacionada a bens físicos, mas não comumente aos bens digitais. Entretanto, neste capítulo pretende-se demonstrar a relação entre esses bens e o direito de propriedade. Para isso, define-se, inicialmente, bens jurídicos (4.1), classificando-os em bens corpóreos e incorpóreos (4.1.2), bens móveis e imóveis (4.1.3) para finalmente traça-se a definição de bens digitais (4.2) e seguidamente de bens sentimentais e não sentimentais (4.3) e por fim de propriedade intelectual (4.4).

4.1 Bens jurídicos

Quando falamos sobre bens, se faz necessário a distinção do conceito de bem e coisa, para Silvio de Salvo Venosa: “Entende-se por bens tudo o que pode proporcionar utilidade aos homens. Não deve o termo ser confundido com coisas, embora a doutrina longe está de ser uníssona”⁶¹.

Assim sendo, podemos dizer que coisa é o gênero no qual bem é espécie, já que coisa é tudo aquilo que existe objetivamente, com exclusão do homem⁶².

Na dicção de Miguel Maria de Serpa Lopes:

[...] sob o nome de coisa, pode ser chamado tudo quanto existe na natureza, exceto a pessoa, mas como bem só é considerada aquela coisa que existe proporcionando ao homem uma utilidade, porém com o requisito essencial de lhe ficar suscetível de apropriação⁶³.

Além disso, entende-se como bens tudo que pode ser apropriado pelo homem, sendo coisas materiais, concretas, úteis e de expressão econômica, passível de apropriação, bem como as de existência imaterial economicamente apreciáveis⁶⁴.

Desse modo, resumidamente, em sentido *lato sensu*, podemos afirmar que o bem jurídico é a utilidade, sendo ela corpóreo ou incorpóreo, móvel ou imóvel de um objeto de uma relação jurídica, seja ela pessoal ou real⁶⁵.

⁶¹ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Parte Geral**. São Paulo: Atlas, 2021. v. 1, p.278, [E-book].

⁶² GONÇALVES, Carlos R. **Direito civil brasileiro: parte geral**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. v. 1. p.110. [E-book].

⁶³ LOPES, Miguel Maria de Serpa. **Curso de direito civil**. São Paulo: Freitas Bastos, 1962. *apud* VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil - Parte Geral - Vol. 1**. São Paulo: Atlas, 2021. [E-book].

⁶⁴ GONÇALVES, op. cit.

⁶⁵ STOLZE, Pablo; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: parte geral**. São Paulo: Saraiva, 2019. v. 1. p.321. [E-book].

Mediante o exposto, para melhor entendimento da hipótese pesquisada, e pela importância dessas classificações, minuciamos as características dos bens jurídicos.

4.1.1 Bens corpóreos e incorpóreos

É sabido que a divisão dos bens corpóreos e incorpóreos era classificada pelos romanos⁶⁶, entretanto, não foi adicionado ao nosso Código Civil de 2002, mesmo sendo importantíssimo a compreensão dessa matéria⁶⁷.

Conforme Carlos Roberto Gonçalves:

Malgrado não contemplada na lei com dispositivos específicos, a classificação dos bens em corpóreos e incorpóreos tem a sua importância, porque a relação jurídica pode ter por objeto uma coisa de existência material ou um bem de existência abstrata⁶⁸.

Podemos classificar como bens corpóreos, aqueles que possuem existência física, material e que pode ser tangível pelo homem⁶⁹. Simplificadamente, podemos afirmar que são aqueles que nossos sentidos podem perceber⁷⁰, por exemplo: um vídeo game, computador, automóvel, entre diversos outros.

Já os bens incorpóreos, são aqueles que possuem sua existência abstrata ou ideal, a qual não altera sua utilidade ao homem, sendo inclusive muitas vezes possuidores de valor econômico⁷¹, podemos exemplificar o direito autoral e os próprios bens digitais.

Conforme Flávio Murilo Tartuce Silva, bens incorpóreos:

São aqueles com existência abstrata e que não podem ser tocados pela pessoa humana. A ilustrar, podem ser citados como bens incorpóreos os direitos de autor, a propriedade industrial, o fundo empresarial, a hipoteca, o penhor, a anticrese, entre outros. Essa intangibilidade não pode ser confundida com a materialidade do título que serve de suporte para a demonstração desses direitos.⁷²

⁶⁶ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Parte Geral**. São Paulo: Atlas, 2021. v. 1, p.278, [E-book].

⁶⁷ TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Lei de Introdução e Parte Geral**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. v. 1. p.358, [E-book].

⁶⁸ GONÇALVES, Carlos R. **Direito civil brasileiro: parte geral**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. v. 1. p.110. [E-book].

⁶⁹ Ibidem.

⁷⁰ VENOSA, op. cit., p.279.

⁷¹ GONÇALVES, op. cit.

⁷² TARTUCE, op. cit., p.359.

Apesar do instituto da posse sempre ter sido vinculado aos bens corpóreos, atualmente a jurisprudência tem admitido como remédio possessório a aquisição de linha telefônica⁷³, entendimento importantíssimo, uma vez que admite assim, a usucapião do direito de seu uso⁷⁴, fugindo desta construção teórica tradicional.

4.1.2 *Bens móveis e imóveis*

Historicamente, os bens imóveis sempre tiveram mais importância que os bens móveis, reflexo esse na orientação de nosso Código Civil⁷⁵. Entretanto, atualmente, os valores se inverteram e a importância dos bens móveis já supera a dos bens imóveis⁷⁶, fato esse ocasionado pelo atual moderno mundo dos negócios⁷⁷ e pelo repentino avanço tecnológico.

Silvio de Salvo Venosa, descreve os bens imóveis e móveis respectivamente, como: “[...] aqueles bens que não podem ser transportados sem perda ou deterioração, enquanto móveis são os que podem ser removidos, sem perda ou diminuição de sua substância, por força própria ou estranha.”⁷⁸, dessa forma, podemos exemplificar um apartamento como bem imóvel e um automóvel como bem móvel.

Pelo seu vínculo aos bens digitais e por fazer parte da temática desse trabalho, iremos tratar apenas da relação jurídica dos bens móveis.

Os bens móveis podem ser classificados em três categorias, sendo: por natureza, por antecipação e por determinação da lei.

A descrição de bens móveis por natureza é prevista no artigo 82 do Código Civil de 2002⁷⁹, o qual diz que: “São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.”

Fazendo parte do direito moderno, os bens móveis por antecipação, são aqueles que mesmo incorporados ao chão, possuem o destino de serem convertidos em bens móveis, por

⁷³ GONÇALVES, Carlos R. **Direito civil brasileiro**: parte geral. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. v. 1. p.110. [E-book].

⁷⁴ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula nº 193**. O direito de uso de linha telefônica pode ser adquirido por usucapião. Diário da Justiça: seção 2, Brasília, DF, 25. jun. 1997. Disponível em: https://www.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2010_14_capSumula193.pdf. Acesso em: 30. mar. 2021.

⁷⁵ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**: Parte Geral. São Paulo: Atlas, 2021. v. 1, p.279, [E-book].

⁷⁶ Ibidem.

⁷⁷ GONÇALVES, op. cit., p.112.

⁷⁸ VENOSA, op. cit.

⁷⁹ BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 30. mar. 2021. Artigo 82.

exemplo aos arvóres com finalidade para o uso de lenha⁸⁰, ou até imóveis, que por sua ancianidade, são vendidos com fins de demolição⁸¹.

E por último, os bens por determinação legal são aqueles previstos expressamente, estando o rol fixado no artigo 83 do Código Civil de 2002⁸²:

Art. 83. Consideram-se móveis para os efeitos legais:

I - as energias que tenham valor econômico;

II - os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes;

III - os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

Verificando o previsto no inciso primeiro, do artigo 83 supracitado, percebemos que não há um conceito específico quanto a “energias”, entretanto, levando em consideração o tratamento conceitual mais utilizado, podemos dizer que energia está vinculada a capacidade de realizar trabalho, vinculando-se a produção.

Assim sendo, as energias que possuam valor econômico, as quais realizam trabalho/produção serão consideradas para efeitos legais, bens móveis.

Deste modo, considerando que os bens digitais são uma sequência de bits, que realizam o trabalho de leitura e gravação para a sua idealização, verifica-se a possibilidade de equiparar o termo “energias” previsto no artigo supramencionado aos bens digitais.

Portanto, nesse sentido, todo bem digital que possuir valor econômico, será considerado bem móvel, seguindo o entendimento de Paulo Roberto Gaiger Ferreira:

O documento eletrônico, seja uma sequência de bits representativa de um texto acadêmico ou de uma ordem de compra de milhões de reais, é considerado um bem móvel. O novo Código, em conformidade com a lei especial, dispõe, no artigo 83, inciso I, que as energias que tenham valor econômico são bens móveis para os efeitos legais. O critério de valor aplica-se também a bens gratuitos, mas cuja proteção pode ser aferida economicamente⁸³.

Portanto, seguindo essa linha de raciocínio, podemos afirmar que se aplica os efeitos jurídicos dos bens móveis aos bens digitais possuidores de valor econômico.

⁸⁰ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Parte Geral**. São Paulo: Atlas, 2021. v. 1, p.280, [E-book].

⁸¹ GONÇALVES, Carlos R. **Direito civil brasileiro: parte geral**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. v. 1. p.115. [E-book].

⁸² BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 30. mar. 2021. Artigo 83.

⁸³ FERREIRA, Paulo Roberto Gaiger. O notário e a contratação eletrônica. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO NOTARIADO LATINO, 24. 2004. **Anais....** Disponível em: <https://www.notariado.org.br/o-notario-e-a-contratacao-eletronica/>. Acesso em: 22 mar. 2021.

4.2 Bens digitais

Como vimos anteriormente, entende-se como bens, tudo que pode ser apropriado pelo homem, sendo coisas materiais, concretas, úteis, de expressão econômica e passível de apropriação, bem como as de existência imaterial sendo economicamente apreciáveis⁸⁴, além disso, também vimos que o entendimento de bens móveis se estende aos bens digitais de valor econômico.

Sendo assim, bens digitais são bens móveis que podem ser apropriados pelo homem, sendo economicamente ou não apreciáveis e possuindo sua existência imaterial, visto que as máquinas podem ser o suporte físico, mas dele se distingue.

Para Emerenciano Adelmo da Silva:

Os bens digitais, conceituados, constituem conjuntos organizados de instruções, na forma de linguagem de sobre nível, armazenados em forma digital, podendo ser interpretados por computadores e por outros dispositivos assemelhados que produzam funcionalidades predeterminadas. Possuem diferenças específicas tais como sua existência não-tangível de forma direta pelos sentidos humanos e seu trânsito, por ambientes de rede teleinformática, uma vez que não se encontram aderidos a suporte físico⁸⁵.

Portanto, no intuito de aclarar os bens digitais, podemos elencar alguns exemplos presentes em nosso cotidiano, na dicção de Pedro Teixeira:

[...] e-books (Kindle e Google Play), músicas baixáveis (iTunes), fotos digitais, vídeos digitais, contas de redes sociais (Twitter, Facebook, Snapchat, WhatsApp, Instagram e Pinterest) senhas digitais, assinaturas digitais, softwares baixáveis, aplicativos, nuvens digitais (iCloud), jogos e cursos online como bens digitais[...]⁸⁶.

Além disso, como já vimos anteriormente, o Código Civil de 2002 não prevê nenhuma classificação sobre o assunto, também sendo inexistente qualquer outra legislação específica, em vista disso, percebemos que o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) perdeu uma grande oportunidade de atualizar nossa legislação⁸⁷.

⁸⁴ FERREIRA, Paulo Roberto Gaiger. O notário e a contratação eletrônica. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO NOTARIADO LATINO, 24. 2004. **Anais...** Disponível em: <https://www.notariado.org.br/o-notario-e-a-contratacao-eletronica/>. Acesso em: 22 mar. 2021.

⁸⁵ EMERENCIANO, Adelmo da Silva. **Tributação no Comércio Eletrônico**. São Paulo: Thomson Iob, 2003. [E-book].

⁸⁶ Ibidem.

⁸⁷ GRECO, Pedro Teixeira Pinos. Sucessão de bens digitais: quem tem medo do novo?. **Síntese**, São Paulo, v. 19, n. 113, p. 9-28, abr./maio, 2019. Disponível em: <https://digital.iabnacional.org.br/wp-content/uploads/2018/10/Sucess%C3%A3o-de-Bens-Digitais-Quem-tem-Medo-do-Novo.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

Portanto, conclui-se que um bem digital pode ser classificado como um bem móvel, desde que possua valor econômico. Nesse sentido, a seguir trataremos dos chamados bens afetivos, o quais em regra não possuem nenhum valor econômico, e da propriedade intelectual, indagando-se seus efeitos jurídicos como bens digitais.

4.3 Bens afetivos ou sentimentais

Conforme tratamos anteriormente, estende-se a interpretação do inciso primeiro do artigo 83 do Código Civil para os bens digitais⁸⁸ possuidores de valor econômico, sendo considerados bens móveis, deste modo, fazendo-se necessário a pesquisa e análise sobre determinados bens digitais, sendo um deles, os bens afetivos.

Com o advento do mundo virtual, surge-se uma nova espécie de bem digital, sendo os chamados bens afetivos ou sentimentais, que são basicamente vídeos, fotos e até áudios de momentos em família por exemplo⁸⁹, todo esse conteúdo caracteriza bens digitais afetivos, entretanto, não possuem valor econômico, além da sua importância para o titular e os demais familiares.

Por esse motivo, conforme verificamos anteriormente, sem a previsão de valor econômico, não podemos caracterizar os bens digitais afetivos como bens móveis, entretanto, deve-se ressaltar que esses bens não deixam de compor o patrimônio digital do indivíduo.

Assim sendo, quando falamos em bens digitais afetivos, provavelmente estaremos lidando com a questão da sucessão de bens digitais, ou seja, herança digital⁹⁰, assunto que por se tratar de outro ramo do direito civil, deverá ser fonte inspiradora de trabalho futuro.

4.4 Propriedade intelectual

A definição de propriedade intelectual surgiu pela Convenção da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, sendo classificado como “a proteção dos direitos relacionados às

⁸⁸ SANTOS, E. S.; CASTIGLIONI, T. G. S. **Herança Digital**: A Transmissão De Bens Virtual. Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias, v. 4, n. 2, p. 104-115, 2018. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistadgnt/article/view/4805/pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

⁸⁹ BOSSOI, Roseli Aparecida Casarini. **Os Bens Virtuais e o Direito de Propriedade**. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro Universitário Eurípedes, Marília, 2017. Disponível em: <https://aberto.univem.edu.br/handle/11077/1622>. Acesso em: 30 mar. 2021.

⁹⁰ GRECO, Pedro Teixeira Pinos. Sucessão de bens digitais: quem tem medo do novo?. **Síntese**, São Paulo, v. 19, n. 113, p. 9-28, abr./maio, 2019. Disponível em: <https://digital.iabnacional.org.br/wp-content/uploads/2018/10/Sucess%C3%A3o-de-Bens-Digitais-Quem-tem-Medo-do-Novo.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

criações artísticas, literárias, científicas e invenções, marcas, desenhos industriais, softwares e muitos”⁹¹.

Quando falamos em Propriedade Intelectual⁹², devemos conceituar os dois institutos que o compõe, sendo o Direito de Autor e da Propriedade Industrial⁹³.

O Direito de Autor é regulamentado na Lei nº 9.610/98, onde a legislação realiza a divisão dos direitos morais e patrimoniais, fazendo a distinção das relações entre o criador e aqueles que usufruem da criação, seja ela artística, literária ou científica⁹⁴.

Considera-se o direito moral do autor, como o regulamentador jurídico que assegura a autoria da criação, a obra em si, resumidamente o seu direito pessoal sobre a obra intelectual.

Os direitos morais do autor são previstos nos artigos 22, 24, 27, 49, I da Lei nº 9.610/98. De acordo com o artigo 24 e incisos⁹⁵:

Art. 24. São direitos morais do autor:

I - o de reivindicar, a qualquer tempo, a autoria da obra;

II - o de ter seu nome, pseudônimo ou sinal convencional indicado ou anunciado, como sendo o do autor, na utilização de sua obra;

III - o de conservar a obra inédita;

IV - o de assegurar a integridade da obra, opondo-se a quaisquer modificações ou à prática de atos que, de qualquer forma, possam prejudicá-la ou atingi-la, como autor, em sua reputação ou honra;

V - o de modificar a obra, antes ou depois de utilizada;

VI - o de retirar de circulação a obra ou de suspender qualquer forma de utilização já autorizada, quando a circulação ou utilização implicarem afronta à sua reputação e imagem;

VII - o de ter acesso a exemplar único e raro da obra, quando se encontre legitimamente em poder de outrem, para o fim de, por meio de processo fotográfico ou assemelhado, ou audiovisual, preservar sua memória, de forma que cause o menor inconveniente possível a seu detentor, que, em todo caso, será indenizado de qualquer dano ou prejuízo que lhe seja causado.

Destaca-se que o artigo 27 da mesma lei prevê que os direitos morais são inalienáveis e irrenunciáveis, desvinculando a possibilidade ser um direito real e se tornando personalíssimo.

⁹¹ FREITAS, D. M. D.; PRESTES, B. C. **Propriedade intelectual**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. [E-book].

⁹² ROHRMANN, Carlos Alberto. Estudos sobre o direito de propriedade no mundo virtual: proteção dos arquivos digitais. **Revista de Direito, Inovação, Propriedade Intelectual e Concorrência**, v. 3, n. 1, p. 43-63, 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/210565946.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

⁹³ DIAS, Fabio Henrique Di Lallo. **Usucapião da propriedade imaterial**. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-06072011-110327/pt-br.php>. Acesso em: 30. mar. 2021.

⁹⁴ TARDIN, Bárbara. Diferença entre os direitos de propriedade industrial e os direitos autorais e conexos. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 20, n. 4527, 23 nov. 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/44687>. Acesso em: 30 mar. 2021.

⁹⁵ BRASIL. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm. Acesso em: 30. mar. 2021.

Conforme traz Newton Silveira: “O art. 27 mantém a regra de que os direitos morais do autor são inalienáveis e irrenunciáveis. O legislador deveria ter aproveitado a oportunidade para expressar que são, também, imprescritíveis”⁹⁶.

Nesse sentido, confirmando o afastamento do direito moral do autor ao direito real, temos o posicionamento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, na Súmula 228⁹⁷, a qual afirma que: “É inadmissível o interdito proibitório para a proteção do direito autoral.”, ou seja, impossibilidade de utilização de mecanismo de defesa, haja vista a não existência de posse em direito personalíssimo.

Já a Propriedade Industrial é regulamentada na Lei nº 9.279/96, onde engloba as marcas e os inventos.

Diferentemente dos direitos de autor, o que se defende na propriedade industrial é a técnica, defesa essa realizada mediante registro de patente, conforme traz o artigo 2º da Lei nº 9.279/96⁹⁸:

Art. 2º A proteção dos direitos relativos à propriedade industrial, considerado o seu interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País, efetua-se mediante:

- I - concessão de patentes de invenção e de modelo de utilidade;
- II - concessão de registro de desenho industrial;
- III - concessão de registro de marca;
- IV - repressão às falsas indicações geográficas; e
- V - repressão à concorrência desleal.

Segundo Bárbara Costa:

A propriedade industrial é o conjunto de direitos sobre as patentes de invenção, modelo de utilidade, desenho industrial, marcas de fábrica ou de comércio, marcas de serviço, nome comercial e indicações de proveniência ou denominações de origem, bem como a repressão da concorrência desleal e às falsas indicações geográficas⁹⁹.

Ainda no artigo 5º da Lei nº 9.279/96, o legislador prevê que, para os efeitos legais, os direitos de propriedade industrial são considerados bens móveis.

⁹⁶ SILVEIRA, Newton. **Propriedade Intelectual**: Propriedade Industrial, Direito de Autor, Software, Cultivares, Nome Empresarial, Abuso de Patentes. Barueri, SP: Manole, 2014. [E-book].

⁹⁷ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula nº 228**. É inadmissível o interdito proibitório para a proteção do direito autoral. Brasília, 20 de outubro de 1999. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/publicacaoainstitucional/index.php/sumstj/article/download/5698/5818#:~:text=Interdito%20proibit%C3%B3rio,em%20conseq%C3%BC%C3%Aancia%20turba%C3%A7%C3%A3o%20ou%20esbulho.> Acesso em: 30. mar. 2021.

⁹⁸ BRASIL. **Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996**. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Artigo 2º. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm. Acesso em: 30 mar. 2021.

⁹⁹ TARDIN, Bárbara. Diferença entre os direitos de propriedade industrial e os direitos autorais e conexos. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 20, n. 4527, 23 nov. 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/44687>. Acesso em: 30 mar. 2021.

Seguindo essa ideia, e antecipando o assunto do próximo capítulo, Pontes Miranda, descreve a possibilidade de existir posse na propriedade industrial, e consequentemente a aplicabilidade do instituto da Usucapião, sendo “O bem industrial, bem incorpóreo, como o bem intelectual, é suscetível de posse. As pretensões e ações possessórias podem ser exercidas. Tais ações somente nascem com a patenteação”.

Portanto, diferenciando-se do direito de autor, o instituto da usucapião poderá ser aplicado a propriedade industrial, sendo corpórea ou incorpórea, uma vez que consta a equiparação na legislação aos bens moveis¹⁰⁰.

¹⁰⁰ DIAS, Fabio Henrique Di Lallo. **Usucapião da propriedade imaterial**. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-06072011-110327/pt-br.php>. Acesso em: 30. mar. 2021.

5 O INSTITUTO DA USUCAPIÃO APLICADO AOS BENS DIGITAIS

Definido o conceito de bens digitais a luz do direito de propriedade, volta-se ao tema cerne deste trabalho. Como explicitado anteriormente, a usucapião é um modo originário de aquisição da propriedade, mediante o exercício da posse pacífica e contínua¹⁰¹, por período previsto na legislação.

Assim sendo, neste capítulo pretende-se demonstrar a possibilidade de aplicação do instituto da usucapião aos bens digitais. Para isso, define-se, inicialmente, posse de bens incorpóreos (5.1), para aplicação da usucapião aos bens virtuais (5.2), sendo divididos em domínio de internet (5.2.1), correio eletrônico (5.2.2) e programas de computador (5.2.3).

5.1 Posse de bens incorpóreos

Como falamos em linhas atrás, o instituto da posse é definido no artigo 1.196, do Código Civil de 2002¹⁰²: “Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade”.

Deve-se ressaltar que a posse que discutimos é a utilizada no êxito da usucapião, sendo a *Ad Usucapionem*, tal modalidade ocorre quando o indivíduo age com ânimo de ser dono (*animus domini*), de forma mansa, pacífica, pública e contínua. Carlos Roberto Gonçalves caracteriza como a posse: “que se prolonga por determinado lapso de tempo estabelecido na lei, deferindo a seu titular a aquisição do domínio. É, em suma, aquela capaz de gerar o direito de propriedade¹⁰³.” Historicamente a posse sempre esteve ligada aos bens corpóreos, conforme afirma Orlando Gomes: “O Direito Romano, a princípio, não reconhecia se não a posse dos bens corpóreos. A apreensão física era considerada elemento constitutivo da posse¹⁰⁴, entretanto, atualmente afasta-se tal teoria pelo seu arcaísmo.

Rudolf von Ihering, realiza o vínculo do uso econômico como elemento constitutivo da posse, em suas palavras: “A posse é indispensável ao proprietário para a utilização econômica

¹⁰¹ STOLZE, Pablo; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: direitos reais**. São Paulo: Editora Saraiva, 2021. v. 5, p.68. [E-book].

¹⁰² BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Artigo 1.196. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 30. mar. 2021.

¹⁰³ GONÇALVES, Carlos R. **Direito civil brasileiro: parte geral**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. v. 1. p.39. [E-book].

¹⁰⁴ GOMES, Orlando. **Direitos Reais**. 21. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2012, p.41. [E-book].

da propriedade¹⁰⁵”, desse modo, não valorizando o vínculo corpóreo, mas sim sua utilização econômica.

Seguindo esse raciocínio, temos a Súmula nº 193 do Supremo Tribunal de Justiça¹⁰⁶, onde prevê que: “O direito de uso de linha telefônica pode ser adquirido por Usucapião”.

É sabido que após a privatização, perdeu-se o valor econômico das linhas telefônicas, entretanto, o entendimento jurisprudencial na época e seus precedentes são importantíssimos para a argumentação deste capítulo.

Temos como exemplo o Recurso Especial nº 24.410-SP¹⁰⁷, sendo precedente da súmula nº 193 do STJ, em seu voto a favor da possibilidade da usucapião, o relator argumenta que não se põe dúvida sobre o valor patrimonial das linhas telefônicas, sendo inclusive um direito susceptível de penhora, para garantia de dívida em ação de execução, além de admitir sua possível negociação, sendo quase uma corporização do seu objeto¹⁰⁸.

Assim sendo, seguindo a teoria de Ihering, juntamente com o sumulado pelo Supremo Tribunal de Justiça e pela não previsão na legislação, podemos entender que o vínculo corpóreo da posse é superado pelo valor e destinação econômica do bem, como bem traz os autores Miguel Reale e Judith Martins-Costa, sendo preciso “remover preconceitos históricos pelos quais associamos mentalmente, a ideia de posse exclusivamente á de posse de coisas corpórea, presente ainda a velha doutrina da posse como poder físico sobre a coisa.”¹⁰⁹

5.2 Usucapião de bens digitais

Superado a velha doutrina do vínculo corpóreo da posse, concluímos que é possível existir a posse de bens incorpóreos, desde que tenha utilização econômica, assim sendo, falaremos da possibilidade da aplicação da usucapião nos bens digitais possuidores de valor econômico.

¹⁰⁵ VON JLHERING, Rudolf. **Teoria Simplificada da Posse**. Belo Horizonte: Líder, 2004, p.10. [E-book].

¹⁰⁶ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula nº 193**. O direito de uso de linha telefônica pode ser adquirido por usucapião. Diário da Justiça: seção 2, Brasília, DF, 25. jun. 1997. Disponível em: https://www.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2010_14_capSumula193.pdf. Acesso em: 30. mar. 2021.

¹⁰⁷ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. (3. Turma). **Recurso Especial 24410/SP**. Civil. Processual civil, direito de uso de linha telefônica aquisição por usucapião. Possibilidade jurídica. É possível a aquisição de direito de uso de linha telefônica, por usucapião, posta em face do seu assinante. Relator: Min. Dias Trindade, 04 de maio de 1993. Disponível:

https://processo.stj.jus.br/processo/ita/documento/mediado/?num_registro=199200169899&dt_publicacao=31-05-1993&cod_tipo_documento=3&formato=PDF. Acesso: 30 mar. 2021.

¹⁰⁸ Ibidem.

¹⁰⁹ MARTINS-COSTA, Judith; REALE, Miguel. Da prescrição aquisitiva de ações escriturais. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, São Paulo, v. 8, n. 27, p. 13–19, jan./mar, 2005.

Para tanto, necessário se faz relembrar alguns conceitos discutidos nas linhas anteriores. Determinados bens digitais são classificados como energias que podem possuir valor econômico, sendo equiparados para efeitos legais como bens móveis, de acordo com o previsto no artigo 83, inciso I, do Código Civil de 2002¹¹⁰. Além disso, relembra-se o conceituado no instituto da usucapião, com ênfase no bens móveis, dividindo-se em ordinária e extraordinária, sendo a ordinária necessária de posse contínua e incontestada durante três anos, com justo título e boa-fé, e a extraordinária, a posse do bem por cinco anos, diferenciando-se pela não necessidade de título ou boa-fé, conforme o previsto nos artigos 1.260 e 1.261 do Código Civil de 2002¹¹¹.

Desta maneira, percebe-se que nada obsta a possibilidade de se usucapir um bem digital, desde que ele atenda a todas as características necessárias, possuindo valor e utilidade econômica para a existência da posse e caracterização de bens móveis, e consequentemente o seu afastamento do direito personalíssimo, conjuntamente sendo atendido todos os requisitos previstos da usucapião ordinária ou extraordinária, e por fim, sendo necessário um modo viável de transferência de propriedade, visto que sem essa possibilidade a hipótese seria apenas teórica.

Portanto, para melhor analisar e confirmar a objeto geral desta pesquisa, estabeleceremos a seguir objetivos específicos, sendo a análise individual de alguns determinados bens digitais, sendo eles: domínio de internet (5.2.1), correio eletrônico (5.2.2) e programas de computador (5.2.3).

5.2.1 Usucapião de domínio de internet

O domínio de internet surge como uma ferramenta de localização na rede eletrônica, sendo criado pelo seu titular para identificar e localizar conjunto de computadores na internet¹¹², realizando a substituição do endereço numérico e facilitando a memorização e acesso de terceiros.

¹¹⁰ BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 30. mar. 2021. Artigo 83.

¹¹¹ Ibidem. Artigos 1.260 e 1261.

¹¹² ALMEIDA JÚNIOR, Jesualdo Eduardo de; PIMENTEL, Cassiano de Araújo. A usucapião de domínios de internet. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, n. 967, maio 2016. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RTrib_n.967.12.PDF. Acesso em: 30 mar. 2021.

Para melhor entendimento, temos o domínio utilizado para acesso ao site do Supremo Tribunal Federal: <https://portal.stf.jus.br/>, se trata do endereço eletrônico que redireciona ao conjunto de páginas que compõe o site.

Conforme tratamos no início desse trabalho, em 1996, foi criado o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br)¹¹³, sendo responsável pela coordenação e integração das iniciativas que envolvessem a internet no Brasil, o que levou a criação do NIC.br (Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR), setor encarregado pela criação do departamento Registro.br, esse incumbido pelo registro dos domínios no Brasil¹¹⁴.

O registro pode ser solicitado por pessoa jurídica que funcione legalmente no país, por pessoas físicas e profissionais liberais, também sendo necessário que o nome esteja disponível, e atendendo os demais requisitos previstos na resolução CGI.br/RES/2008/008/P¹¹⁵.

Assim sendo, percebe-se que o registro do domínio de internet garante um direito ao seu titular, sendo a utilização do domínio e o próprio acesso ao site, deste modo, podemos entender a partir do registro, que estaremos lidando com o direito de propriedade.

Além disso, relembra-se o descrito anteriormente sobre Propriedade Industrial, concluindo que são bens móveis suscetíveis de posse, e equivalentes a um direito real, assim sendo, passíveis de usucapir.

Desta maneira, percebemos que o domínio de internet se trata do domínio do nome, assemelhando-se a marca, direito protegido pela Propriedade Industrial, sendo um bem móvel e possuindo valor e utilidade econômica. Por esse motivo, poderá ser objeto do instituto da usucapião, desde que presentes os requisitos do artigo 1.260 ou 1.261, ambos do Código Civil de 2002¹¹⁶.

Por conseguinte, também se verifica a possibilidade de transferência da propriedade do domínio, conforme previsto na resolução CGI.br/RES/2008/008/P¹¹⁷, realizada de forma administrativa, a transferência de titularidade de domínio poderá ser solicitada via carta assinada e reconhecida, assim sendo, consagrando a aplicação do instituto ao bem digital.

Por fim, para confirmar nossa teoria, temos a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo sobre o Agravo de instrumento 2108119-31.2017.8.26.0000, sendo decidido a

¹¹³ VIEIRA, Eduardo. **Os bastidores da Internet no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2003, p.9. [E-book].

¹¹⁴ NIC.br. **História do NIC.br**. 2021. Disponível em: <https://nic.br/historia/>. Acesso em: 08 abr. 2021.

¹¹⁵ COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Resolução CGI.br/ RES/2008/008/P**, de 28 de novembro de 2008. Procedimentos para registro de nomes de domínio. Disponível em: <https://www.cgi.br/resolucoes/documento/2008/008/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

¹¹⁶ BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 30. mar. 2021. Artigos 1.260 e 1.261.

¹¹⁷ COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. op. cit.

possibilidade de penhora do domínio de internet, conforme voto do desembargador Gilson Delgado Miranda¹¹⁸: “a penhora sobre direitos de bens móveis imateriais é possível, encontrando-se entre eles, sem dúvida, os direitos ao uso de um determinado domínio na 'internet' registrados no órgão controlador competente”. Decisão que reafirma o caráter econômico do bem digital, sendo semelhante ao decidido pelo STJ, na súmula n.193¹¹⁹.

5.2.2 *Usucapião de correio eletrônico*

O correio eletrônico, comumente chamado de e-mail, é uma ferramenta presente na internet, que possibilita o envio de mensagens até um determinado destinatário. Sua utilização iniciou-se na época da ARPANET¹²⁰, momento histórico trazido no início desse trabalho.

Diferentemente do domínio de internet, o correio eletrônico não exige registro em órgão específico, podendo ser criado por qualquer serviço de webmail, sendo os mais comuns e populares: Gmail, Hotmail e Yahoo.

Seguindo a mesma ideia proposta no tópico anterior, quando falamos em correio eletrônico estamos lidando com um nome, sendo semelhante a marca, e por consequência podendo ser um bem móvel possuidor de valor e utilidade econômica, assim sendo, ressalta-se a importância da análise de cada caso, visto que o valor econômico do correio eletrônico está vinculado diretamente a sua utilização.

Uma vez que, o correio eletrônico poderá possuir valor econômico, quando utilizado para vendas de uma pessoa jurídica por exemplo, distinguindo-se da utilização de um e-mail pessoal utilizado apenas para contato entre amigos.

Embora estando presente todos os requisitos necessários para aplicação do instituto, é importante ressaltar que existe uma lacuna em um dos elementos necessários, já que nessa pesquisa não se encontrou uma possibilidade concreta na transferência de propriedade do correio eletrônico.

¹¹⁸ SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. **Agravo de instrumento** nº 2108119-31.2017.8.26.0000. Cumprimento de sentença. Penhora. Domínio eletrônico na internet. Possibilidade. Bem imaterial que compõe o estabelecimento. Recurso provido. 28ª Câmara de Direito Privado. Relator: Gilson Delgado Miranda. Data de Julgamento: 03. ago.2017. Data de Publicação: 03. ago. 2017. Disponível em: <https://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/519487328/21081193120178260000-sp-2108119-3120178260000/inteiro-teor-519487359>. Acesso em: 30 mar. 2021.

¹¹⁹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula nº 193**. O direito de uso de linha telefônica pode ser adquirido por usucapião. Diário da Justiça: seção 2, Brasília, DF, 25. jun. 1997. Disponível em: https://www.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2010_14_capSumula193.pdf. Acesso em: 30. mar. 2021.

¹²⁰ HAUBEN, Michael. History of ARPANET. **Site de l’Instituto Superior de Engenharia do Porto**, v. 17, 2007. Disponível em: <https://www.jbcoco.com/Arpa-Arpanet-Internet.pdf>. Acesso em: 30. mar. 2021.

Portanto, conclui-se que em vias teóricas é possível usucapir o correio eletrônico, mas como informando anteriormente, existe a lacuna sobre a possibilidade de transferência de propriedade, o que faz com que careça de aplicabilidade prática.

5.2.3 *Usucapião de programas de computador*

Os programas de computador são softwares¹²¹, que descrevem um conjunto de comandos a serem executados pelo computador, sendo protegidos pela lei nº 9.609/98 (Lei de Software), que traz sua descrição no seu artigo 1º¹²²:

Art. 1º Programa de computador é a expressão de um conjunto organizado de instruções em linguagem natural ou codificada, contida em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário em máquinas automáticas de tratamento da informação, dispositivos, instrumentos ou equipamentos periféricos, baseados em técnica digital ou análoga, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados.

A princípio, com uma breve análise aos programas de computador, poderíamos supor a possibilidade de aplicação da nossa teoria, visto que em sua grande maioria, são bens digitais possuidores de valor e utilidade econômica, sendo características inclusive mais evidentes que a grande maioria dos bens digitais. Entretanto, como informado anteriormente, sempre será necessário a análise específica de cada caso.

Os programas de computador são previstos como obra intelectual, conforme previsto no artigo 7º, XII, da lei nº 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais):

Art. 7º São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como:

- I - os textos de obras literárias, artísticas ou científicas;
- II - as conferências, alocações, sermões e outras obras da mesma natureza;
- III - as obras dramáticas e dramático-musicais;
- IV - as obras coreográficas e pantomímicas, cuja execução cênica se fixe por escrito ou por outra qualquer forma;
- V - as composições musicais, tenham ou não letra;
- VI - as obras audiovisuais, sonorizadas ou não, inclusive as cinematográficas;
- VII - as obras fotográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia;
- VIII - as obras de desenho, pintura, gravura, escultura, litografia e arte cinética;
- IX - as ilustrações, cartas geográficas e outras obras da mesma natureza;
- X - os projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência;
- XI - as adaptações, traduções e outras transformações de obras originais, apresentadas como criação intelectual nova;
- XII - os programas de computador;

¹²¹ SOMMERVILLE, Ian. **Engenharia de Software**. 6. Ed. São Paulo: Addison Wesley, p.5, 2003. [E-book].

¹²² BRASIL. **Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19609.htm. Acesso em: 30. mar. 2021. Artigo 1º.

Assim sendo, conforme tratamos no tópico de Propriedade Intelectual, essa lei refere-se ao Direito de Autor, afastando os programas de computador do direito real, desvinculando a possibilidade de aplicação ao instituto da usucapião, visto que não é possível usucapir direito pessoal.

Assim sendo, concordamos com o descrito por Fabio Henrique¹²³:

O programa de computador, por sua natureza, está inserto no ramo da Propriedade Intelectual, conforme o art. 2º da Lei 9.609/98. Com efeito, trata-se de obra intelectual e por esse motivo escapa à usucapião, que não alcança os direitos personalíssimos do autor da obra.

Além disso, temos o seu afastamento da Propriedade Industrial, conforme previsto no artigo 10º, V, da lei nº 9.279 (Lei da Propriedade Industrial):

Art. 10. Não se considera invenção nem modelo de utilidade:
 I - descobertas, teorias científicas e métodos matemáticos;
 II - concepções puramente abstratas;
 III - esquemas, planos, princípios ou métodos comerciais, contábeis, financeiros, educativos, publicitários, de sorteio e de fiscalização;
 IV - as obras literárias, arquitetônicas, artísticas e científicas ou qualquer criação estética;
 V - programas de computador em si;
 VI - apresentação de informações;
 VII - regras de jogo;
 VIII - técnicas e métodos operatórios ou cirúrgicos, bem como métodos terapêuticos ou de diagnóstico, para aplicação no corpo humano ou animal; e
 IX - o todo ou parte de seres vivos naturais e materiais biológicos encontrados na natureza, ou ainda que dela isolados, inclusive o genoma ou germoplasma de qualquer ser vivo natural e os processos biológicos naturais.

Assim sendo, mesmo sendo possuidor de valor econômico, os programas de computador não são possíveis de se usucapir, por se tratarem de direito personalíssimo, afastando-se da propriedade industrial.

Portanto, finalizado a análise dos objetivos específicos desse trabalho, podemos finalmente concluir o proposto no objetivo geral dessa pesquisa, sendo a confirmação da possibilidade de se usucapir bens digitais, entretanto, conforme descrito anteriormente, deve-se analisar cada caso em específico, não devendo em regra generalizar a aplicação do instituto a um bem digital específico.

¹²³ DIAS, Fabio Henrique Di Lallo. **Usucapião da propriedade imaterial**, p.116, 2010. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-06072011-110327/pt-br.php>. Acesso em: 30. mar. 2021.

Ademais, como conclusão da pesquisa realizada, gostaria de ressaltar a importância da questão econômica para nossa tese, conforme vimos anteriormente, o valor econômico é a parte matriz para caracterização dos bens digitais aos bens móveis, conjuntamente a sua utilidade econômica para ser passível de posse, assim sendo, questão fundamental dessa pesquisa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho de pesquisa reúne o mundo digital e o direito civil, diante da relatada falta de previsão legislativa para as indagações que vinculavam o direito de propriedade a matéria digital, surgindo a dúvida sobre a aplicabilidade do direito de propriedade aos bens digitais, especificadamente ao instituto da usucapião.

O objetivo geral da pesquisa foi buscar a possibilidade ou não de se usucapir bens digitais, visto que o assunto não é previsto no Código Civil ou em qualquer outra legislação específica.

Por conseguinte, verificou-se que o objetivo geral foi atendido, uma vez que conseguimos aplicar todos os requisitos teóricos do instituto da usucapião aos bens digitais, sendo: bens móveis, possibilidade de existência de posse e os demais previstos na usucapião ordinária e extraordinária.

Além disso, precisávamos ainda entender quais requisitos práticos eram necessários para a sua aplicabilidade, assim sendo, estabelecendo-se como objetivos específicos a análise individual de alguns bens digitais, sendo: o domínio de internet, correio eletrônico e os programas de computador.

Nesse prisma, conseguimos aplicar de modo satisfatório a teoria sobre o domínio de internet, já que os resultados da pesquisa apresentaram a possibilidade de aplicação dos requisitos teóricos, tendo vínculo a um direito real, a possibilidade de posse, e por fim a capacidade fática de transferência de propriedade.

Da mesma forma se deu o correio eletrônico, estando presente todos os elementos teóricos necessários, entretanto, não encontramos, de modo satisfatório, uma possibilidade de transferência de sua propriedade, lacuna essa que de fato inutiliza a aplicação da teoria.

O último objetivo específico foi a análise dos programas de computador, afastando-se totalmente da nossa teoria, visto que se trata de um direito personalíssimo, o qual impossibilita a aplicação do instituto da usucapião.

Além disso, mesmo não obtendo êxito em todos os objetivos específicos, concluímos a inquietação da pesquisa de modo satisfatório, uma vez que é possível usucapir bens digitais, entretanto, sendo extremamente necessário a análise específica de cada caso, já que o mesmo bem digital poderá ser usucapido ou não, dependente da sua utilização.

Ademais, foi utilizado a metodologia exploratória em nosso trabalho, tendo como pesquisa bibliográfica fontes primária e secundárias, sendo: livros, artigos científicos, revistas

jurídicas, dissertações de mestrado e jurisprudências, dessa forma, observando a temática como um todo, e realizando uma análise científica crítica de nossa hipótese.

Por fim, também descrevo as maiores dificuldades encontradas nessa pesquisa, por ser um tema atual e por não possuir previsão legal, encontrou-se grande dificuldade na procura de doutrina e jurisprudência. Desse modo, visando um estudo mais aprofundado da matéria ao longo do tempo, necessário se faz o acompanhamento próximo dos posicionamentos dos tribunais perante a casos semelhantes, visto que com o avanço da tecnologia, mais lides envolvendo o mundo digital surgirão, e os entendimentos serão pacificados.

REFERÊNCIAS

ABREU, Karen Cristina Kraemer. **História e usos da Internet**. 2009. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/abreu-karen-historia-e-usos-da-internet.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

ALMEIDA JÚNIOR, Jesualdo Eduardo de; PIMENTEL, Cassiano de Araújo. A usucapião de domínios de internet. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, n. 967, maio 2016. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RTrib_n.967.12.PDF. Acesso em: 30 mar. 2021.

ALMEIDA, José Maria Fernandes. **Breve história da Internet**. 2005. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3396/1/INTERNET.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

ASSIS, Alice; TEIXEIRA, Odete Pacubi Baierl. Algumas considerações sobre o ensino e a aprendizagem do conceito de energia. **Ciência & Educação**, v. 9, n. 1, p. 41-52, 2003. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5274144.pdf>. Acesso em: 22. mar. 2021.

AZEVEDO, Á. V. **Curso de direito civil: direito das coisas**. São Paulo: Saraiva, 2018. [*E-book*].

BAUMGARTEN, M. Z. Uma análise do mercado internacional de jogos eletrônicos sob a ótica de Fligstein. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, Rio de Janeiro, 2013. **Anais...** p. 37. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/68/2013_EnANPAD_EOR532.pdf. Acesso em: 26 mar. 2021.

BOSSOI, Roseli Aparecida Casarini. **Os Bens Virtuais e o Direito de Propriedade**. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro Universitário Eurípedes, Marília, 2017. Disponível em: <https://aberto.univem.edu.br/handle/11077/1622>. Acesso em: 30 mar. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 30 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/12965.htm. Acesso em: 30 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.** Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm. Acesso em: 30 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19609.htm. Acesso em: 30 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.** Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm. Acesso em: 30 mar. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. (3. Turma). **Recurso Especial 24410/SP.** Civil. Processual civil, direito de uso de linha telefônica aquisição por usucapião. Possibilidade jurídica. É possível a aquisição de direito de uso de linha telefônica, por usucapião, posta em face do seu assinante. Relator: Min. Dias Trindade, 04 de maio de 1993. Disponível: https://processo.stj.jus.br/processo/ita/documento/mediado/?num_registro=199200169899&dt_publicacao=31-05-1993&cod_tipo_documento=3&formato=PDF. Acesso: 30 mar. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula nº 193.** O direito de uso de linha telefônica pode ser adquirido por usucapião. Diário da Justiça: seção 2, Brasília, DF, 25. jun. 1997. Disponível em: https://www.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2010_14_capSumula193.pdf. Acesso em: 30 mar. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula nº 228.** É inadmissível o interdito proibitório para a proteção do direito autoral. Brasília, 20 de outubro de 1999. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/publicacaoainstitucional/index.php/sumstj/article/download/5698/5818#:~:text=Interdito%20proibit%C3%B3rio.,em%20conseq%C3%BC%C3%Aancia%20turba%C3%A7%C3%A3o%20ou%20esbulho>. Acesso em: 30 mar. 2021.

BURGOS, P. **Conecte-se ao que importa:** um manual para a vida digital saudável. São Paulo: LeYa, 2014. [E-book]

CARDOSO, Gustavo; LAMY, Cláudia. Redes sociais: comunicação e mudança. **Janus.net**, n. 1, p. 73-96, 2011. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/13383/1/pt_vol2_n1_art6.pdf. Acesso: 30 mar. 2021.

CARVALHO, M. S. R. M. **A trajetória da Internet no Brasil:** do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança, 2006. Dissertação (Pós-Graduação de Engenharia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://www.cos.ufrj.br/uploadfile/1430748034.pdf>. Acesso: 30 mar. 2021.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança:** movimentos sociais na era da internet. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. [E-book].

CERVI, Emerson U. Mundo virtual, poder real: mesmo sob novas condições a alocação de poder político não necessariamente muda. **Cadernos Adenauer**, v. 3, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Emerson-Cervi/publication/285599705_Mundo_virtual_poder_real_mesmo_sob_novas_condicoes_a_a

locacao_de_poder_politico_nao_necessariamente_muda/links/5661f0b708ae192bbf8c7b3f/Mundo-virtual-poder-real-mesmo-sob-novas-condicoes-a-alocacao-de-poder-politico-nao-necessariamente-muda.pdf. Acesso em: 30 mar. 2021.

COMINI, Anna Izadora Ramos. **O direito à herança digital em relação aos bens digitais incorpóreos à luz do Código Civil Brasileiro**. 2019. Disponível em: <https://congressointercontinental.com.br/wp-content/uploads/2020/09/anais-congresso-intercontinental-2019-final.pdf#page=171>. Acesso: 30 mar. 2021.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Resolução CGI.br/ RES/2008/008/P, de 28 de novembro de 2008**. Procedimentos para registro de nomes de domínio. Disponível em: <https://www.cgi.br/resolucoes/documento/2008/008/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

DIAS, Fabio Henrique Di Lallo. **Usucapião da propriedade imaterial**. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-06072011-110327/pt-br.php>. Acesso em: 30 mar. 2021.

EMERENCIANO, Adelmo da Silva. **Tributação no Comércio Eletrônico**. São Paulo: Thomson Iob, 2003. [E-book].

FERREIRA, Paulo Roberto Gaiger. O notário e a contratação eletrônica. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO NOTARIADO LATINO, 24. 2004. **Anais...** Disponível em: <https://www.notariado.org.br/o-notario-e-a-contratacao-eletronica/>. Acesso em: 22 mar. 2021.

FREITAS, D. M. D.; PRESTES, B. C. **Propriedade intelectual**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. [E-book].

GOETHALS, Karen; AGUIAR, Antónia; ALMEIDA, Eugénia. **História da Internet**. 2000. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação) - Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto, Porto, 2000. Disponível em: <https://web.fe.up.pt/~mgi99015/projects/Goii/M1/final.doc>. Acesso em: 30 mar. 2021.

GOMES, Orlando. **Direitos Reais**. 21. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2012. [E-book].

GONÇALVES, Carlos R. **Direito civil brasileiro: direito das coisas**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. v. 5. [E-book].

GONÇALVES, Carlos R. **Direito civil brasileiro: parte geral**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. v. 1. [E-book].

GRECO, Pedro Teixeira Pinos. Sucessão de bens digitais: quem tem medo do novo?. **Síntese**, São Paulo, v. 19, n. 113, p. 9-28, abr./maio, 2019. Disponível em: <https://digital.iabnacional.org.br/wp-content/uploads/2018/10/Sucess%C3%A3o-de-Bens-Digitais-Quem-tem-Medo-do-Novo.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

HAUBEN, Michael. History of ARPANET. **Site de l'Instituto Superior de Engenharia do Porto**, v. 17, 2007. Disponível em: <https://www.jbcoco.com/Arpa-Arpanet-Internet.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

KALLAS, Marília Brandão Lemos de Moraes. O sujeito contemporâneo, o mundo virtual e a psicanálise. **Reverso**, Belo Horizonte, v. 38, n. 71, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5646317.pdf>. Acesso: 30 mar. 2021.

MARQUES, Ronualdo; FRAGUAS, Talita. A resignificação da educação: virtualização de emergência no contexto de pandemia da COVID-19. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 11, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/19557/15671>. Acesso em: 30 mar. 2021.

MARTINS-COSTA, Judith; REALE, Miguel. Da prescrição aquisitiva de ações escriturais. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, São Paulo, v. 8, n. 27, p. 13–19, jan./mar, 2005.

MOTTA, Adilson. **A importância da pesquisa na construção do conhecimento**. Webartigos, 2011. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-da-pesquisa-na-construcao-de-conhecimento/76090/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

NIC.br. **História do NIC.br**. 2021. Disponível em: <https://nic.br/historia/>. Acesso em: 08 abr. 2021.

PECK, Patrícia. **Direito digital**. São Paulo: Saraiva, 2016. [E-book].

PECK, Patrícia. Quando a sociedade muda, o Direito também deve mudar. **Consultor Jurídico**, 2002. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2002-nov-28/quando_sociedade_muda_direito_tambem_mudar. Acesso em: 09 mar. 2021.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil: Direitos reais**. Rio de Janeiro: Forense, 2019. v. 4. [E-book].

REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. [E-book].

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das Coisas**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. [E-book].

ROHRMANN, Carlos Alberto. Estudos sobre o direito de propriedade no mundo virtual: proteção dos arquivos digitais. **Revista de Direito, Inovação, Propriedade Intelectual e Concorrência**, v. 3, n. 1, p. 43-63, 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/210565946.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

SALOMÃO, L. G.; LEMOS, R. (coord.). **Marco Civil da Internet**. São Paulo: Atlas, 2014. [E-book].

SANTOS, E. S.; CASTIGLIONI, T. G. S. Herança Digital: A Transmissão De Bens Virtual. **Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias**, v. 4, n. 2, p. 104-115, 2018. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistadgnt/article/view/4805/pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. **Agravo de instrumento nº 2108119-31.2017.8.26.0000**. Cumprimento de sentença. Penhora. Domínio eletrônico na internet. Possibilidade. Bem imaterial que compõe o estabelecimento. Recurso provido. 28ª Câmara de Direito Privado. Relator: Gilson Delgado Miranda. Data de Julgamento: 03. ago.2017. Data de Publicação: 03. ago. 2017. Disponível em: <https://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/519487328/21081193120178260000-sp-2108119-3120178260000/inteiro-teor-519487359>. Acesso em: 30 mar. 2021.

SILVA FILHO, Antônio Mendes. Redes Sociais na Era da Conectividade (“The good, the bad and the ugly”). **Revista Espaço Acadêmico**, v. 10, n. 115, p. 64-68, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/11864/6373>. Acesso em: 30 mar. 2021.

SILVEIRA, Newton. **Propriedade Intelectual: Propriedade Industrial, Direito de Autor, Software, Cultivares, Nome Empresarial, Abuso de Patentes**. Barueri, SP: Manole, 2014. [E-book].

SOMMERVILLE, Ian. **Engenharia de Software**. 6. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2003. [E-book].

STOLZE, Pablo; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: direitos reais**. São Paulo: Editora Saraiva, 2021. v. 5. [E-book].

STOLZE, Pablo; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: parte geral**. São Paulo: Saraiva, 2019. v. 1. [E-book].

TARDIN, Bárbara. Diferença entre os direitos de propriedade industrial e os direitos autorais e conexos. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 20, n. 4527, 23 nov. 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/44687>. Acesso em: 30 mar. 2021.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Direito das Coisas**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. v. 4. [E-book].

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Lei de Introdução e Parte Geral**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. v. 1 [E-book].

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Direitos Reais**. São Paulo: Atlas, 2020. v. 4 [E-book].

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Parte Geral**. São Paulo: Atlas, 2021. v. 1 [E-book].

VIEIRA, Eduardo. **Os bastidores da Internet no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2003. [E-book].

VON ILHERING, Rudolf. **Teoria Simplificada da Posse**. Belo Horizonte: Líder, 2004. [E-book].